

IMPERIALISMO E EMOÇÕES

— A VISÃO DE BORDALLO PINHEIRO*

ÂNGELA GUIMARÃES**

Não pretendo neste trabalho analisar nem o artista nem a obra na sua globalidade nem na sua dimensão artística¹. Como historiadora, apenas me limitei a utilizar, como documento histórico, uma parte da obra de Rafael Bordallo Pinheiro — a que se relaciona directamente com a colonização e as relações internacionais.

Rafael Bordallo Pinheiro nasce em Lisboa em 1846, numa família de pequena burguesia intelectual e artística, ligada principalmente às artes plásticas. O jovem Rafael desde cedo manifesta, ao lado do seu talento artístico, um temperamento particularmente irrequieto. Atraído desde muito cedo pelo teatro, onde se estreia aos 14 anos pela mão de um amigo de família, mas aonde não fará carreira, Rafael Bordallo Pinheiro manterá até ao fim da vida uma profunda ligação com o mundo das artes cénicas. Na sua vida escolar, que se processou em vários estabelecimentos, sempre revelou inteligência mas nunca assiduidade. Não terminou nenhum dos cursos em que se matriculou, tanto no Liceu Central de Lisboa, como no Conservatório, como até mesmo na Academia das Belas Artes onde se fez notar pelo seu talento nas várias disciplinas em que se inscreveu. No curso Superior de Letras, que também não terminou, deixou marcas da sua passagem — caricaturas dos mestres feitos com a ponta do charuto nas paredes do edifício.

Tanta instabilidade escolar leva o pai a colocá-lo, aos 17 anos, num lugar de funcionário na Câmara dos Pares, onde ele também estava colocado.

Rafael inicia então um período de janota lisboeta e passado algum tempo apaixona-se violentamente, como convinha ao seu temperamento.

* Este artigo é uma versão muito próxima do texto original que foi publicado em língua inglesa em «The Oxford Art Journal», em 1985, no vol. 8. n.º 1, dedicado à caricatura; todos os direitos são, pois, propriedade da Oxford University Press.

A autora exprime os seus agradecimentos à Sr.ª Dr.ª Maria Raquel Florentino, Directora do «Museu Raphael Bordallo Pinheiro» pelo amável apoio a este trabalho e pela autorização para reproduzir as caricaturas a partir dos jornais da colecção do museu. O trabalho de reprodução fotográfica é da autoria do Sr. Horácio Novais, a quem são extensivos os agradecimentos.

** Docente do ISCTE e investigadora do CIES.

Perante a recusa da família da escolhida em aceitar o casamento não hesita em recorrer à justiça. Casa em 15 de Setembro de 1866. Tinha 20 anos.

Tanto não bastou, porém, para estabelecer uma vida rotineira na pacata Lisboa da época.

Passa uma fase em que, para além do emprego, faz «pintura de costumes populares e de descoberta rural»², mas logo essa fase é ultrapassada para se começar a entregar, primeiro esporadicamente, mas cada vez com mais regularidade, à caricatura.

São numerosas as iniciativas que promove ou em que participa no campo da caricatura, o que não esgota porém a sua actividade. Faz também ilustração — de romances, capas de revistas, almanaques, livros de poesia, etc. — decoração, cenografia e figurinos de teatro, participando assim intensamente em numerosos campos da actividade cultural lisboeta. Mas é, sem dúvida, como caricaturista que o seu nome se vai afirmando no país e no estrangeiro.

Em 1873 é colaborador de *El Mundo Cómic* de Madrid e também publica na *Ilustración Española y Americana* bem como em *El Bazar*, ambos também de Madrid. No mesmo período é contratado para, em Madrid, fazer a cobertura gráfica da guerra carlista para *The Illustrated London News* onde publica uma série de «Sketchs in Spain». J. A. França refere ainda a hipótese, de que diz não possuir confirmação, de Rafael Bordallo Pinheiro ter sido convidado pelo *The Illustrated London News* a instalar-se em Londres como colaborador desse jornal³.

Rafael Bordallo Pinheiro regressa porém a Lisboa onde a sua actividade como cronista gráfico e caricaturista se vai desenvolvendo de tal forma durante estes poucos anos que, para além de se contarem por milhares as folhas que saíram das suas mãos, em 1875 o artista está em condições de criar a figura que o imortalizou — o Zé Povinho que, a partir de então, simbolizará sempre, na sua obra, o povo português. Figura de uma tal capacidade simbólica que foi universalmente assimilada e apropriada não só pelos artistas que se lhe seguiram como também pelo povo português na sua generalidade.

Estava Rafael Bordallo Pinheiro instalado e integrado como artista profissional em Lisboa, onde mantinha estreitos laços de relação pessoal e colaboração com os maiores vultos das letras e das artes quando, a 25 de Julho de 1875, recebeu um convite de *O Mosquito* para ir para o Brasil. A 7 de Agosto assina o contrato e a 19 do mesmo mês embarca. Mas nesse curto período que medeia entre o convite e a partida, Rafael Bordallo Pinheiro é iniciado na loja Restauração de Lisboa, adoptando o nome de «Goya».

Assim era Bordalo! Tinha 30 anos e era um belo meridional!

No Brasil, colaborou, dirigiu e possuiu várias publicações, nunca perdendo, contudo, o contacto com Lisboa, cuja vida cultural e política ia seguindo e comentando, em páginas saborosas, nas suas publicações do Rio de Janeiro. E, abruptamente, em fins de Março de 1879, regressa a Lisboa.

Logo retoma a sua vida artística, fértil em produções nos campos habituais, sendo de salientar dois tipos de actividade de longa duração e altamente representativas da sua produção:

— a partir de 1879, e até à sua morte em 1904, mantém um semanário humorístico — apenas com breves interrupções que correspondem a momentos em que, por vezes, liquida um para iniciar outro. Mas, de qualquer modo, mantém a partir dessa data — 1879 — a crónica humorística semanal dos acontecimentos do país.

— em 1884, participa na fundação e direcção artística da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, cuja direcção assegurou até à morte e que existe até hoje. A cerâmica será também, por vezes, nas suas mãos, veículo de expressão de sátira social ou política.

Ao longo destes anos continua a participar em várias outras iniciativas, desloca-se várias vezes ao estrangeiro e mantém intercâmbio com diversas publicações humorísticas europeias e americanas. Parece ter sido também convidado pelo seu amigo Joaquim Nabuco, o abolicionista brasileiro, a participar na criação, em Londres, de um periódico anti-esclavagista militante.

Pouco antes de morrer, já idoso, é homenageado por amplos sectores da vida cultural e política do país, onde se encontram numerosas vítimas do seu lápis; o mesmo sucederá aliás na homenagem fúnebre que lhe é rendida não muito tempo depois. Tal se deve ao seu carácter honesto e ao temperamento frontal e afectuoso que muito influenciou no seu comportamento social.

Romântico, positivista e maçã, agarrado às colónias como a um simbólico pé-de-meia nacional, abolicionista e libertário, boémio, sentimental e altivo, cioso de dignidade nacional, intuitivo e de repente, Rafael Bordallo Pinheiro é de facto «o português tal e qual».

A sua herança foi, ainda em sua vida e até hoje, reivindicada pelos mais largos quadrantes nacionais, particularmente os republicanos, e os seus aspectos mais marcantes — de que se destaca em lugar cimeiro o Zé Povinho — integrados na consciência nacional.

Porquê esta pesquisa?

Em tudo o que respeita à questão colonial, a verdade histórica é particularmente fugidia, esquivando-se ao encontro com o investigador sob toda a forma de disfarces.

No caso português, este condicionalismo é particularmente agravado. A dissimulação por parte dos agentes históricos dos seus reais e, por vezes

inconfessáveis, comportamentos, a importante componente afectiva e moralista que envolve a questão, a ambiguidade da posição de Portugal na rede de hierarquias mundiais e a consequente interiorização pelos portugueses da imagem distorcida que diversos sectores estrangeiros, por diversos motivos, lhes devolvem de si próprios, e, por fim, a própria mistura anacrónica e sem critérios de tempo e posições tornam a pesquisa neste campo num labirinto por vezes desesperante.

É pois numa tentativa de contornar algumas destas dificuldades que me ocorre a ideia de utilizar esta documentação que, pelas suas características, apresenta um grau satisfatório de fiabilidade.

Herdeira de uma milenária tradição de irreverência e de exorcismo face aos poderes constituídos, a caricatura representa, nesta época, um espaço de liberdade onde, através de símbolos gráficos e da ambivalência do riso, se vão dizendo certas verdades, com um grau de impunidade que a escrita em letra de forma não garante.

Assim, entre risos, excessos e alusões, se vai apanhando a verdade desprevenida.

Mas, para além disso, as próprias características da composição gráfica e do uso dos valores filosóficos do riso tornam esta documentação extremamente rica em informação.

Por um lado, a própria impunidade que a protege permite-lhe veicular informações que, por diversas razões, apenas circulam de boca a orelha e nunca figurarão em documentos escritos.

A possibilidade de concentrar no espaço do desenho elementos de vários tipos, tempo ou espaço e de os interligar pela dimensão, pela posição relativa ou por outros símbolos permite, por vezes, que um só documento dê de uma questão complexa uma visão global e uma apurada interpretação.

A caricatura, ao deixar emergir através de si uma parte da função libertadora e depuradora do riso ancestral, através de uma semiótica de referências corporais e por vezes animais, exprime reacções de ordem do afectivo, revelando o sentir da questão, o envolvimento do inconsciente colectivo.

Mas o riso também ajuda uma pessoa a manter-se de pé. E por um complexo mecanismo psicológico, a caricatura permite também uma certa libertação, pelo riso, de uma convivência incómoda com aquilo que não se aceita nem se deseja mas que não se tem força para repudiar efectivamente. Este carácter exorcista do desenho humorístico revela por vezes não só o que era mas o que se desejava que fosse, isto é, deixa, em certa medida, transparecer as aspirações colectivas.

Dito isto, e dado que estamos, de qualquer modo, perante a obra de um artista, logo individual, importa perguntar que é que é lícito esperar extrair destes documentos?

Considerando que Rafael Bordallo Pinheiro, independentemente da sua individualidade de artista, é perfeitamente representativo dessa *élite* sociocultural emergente que, a partir dos anos 70, se lança na edificação

do século XX e do futuro regime republicano, que, como ela, professa um sincretismo ideológico progressista, característico do Partido Republicano e suas franjas, de que a sua obra foi por todas estas camadas entusiasticamente reivindicado, pode, sem dúvida, considerar-se que os seus trabalhos veiculam as posições desse grupo alargado que, sem muita precisão, se diria envolver a média e pequena burguesia.

A aceitação geral e perene do seu Zé Povinho, símbolo do povo português, pode também garantir-nos que a sua obra traduz com muita fidelidade uma certa imagem do inconsciente e das aspirações nacionais.

Assim, ao empreender esta pesquisa nada mais pretendi que surpreender Bordallo e os seus contemporâneos nas malhas desse complexo relacionamento, afectivo e racional, com os problemas coloniais e, por arrastamento inevitável, internacionais.

Da vastíssima obra de Rafael Bordallo Pinheiro apenas analisei os semanários que, de 1879 a 1905, fazem a crónica sorridente, quase dia a dia, em círculos concêntricos, dos acontecimentos marcantes no centro político-cultural de Lisboa, no país e no mundo:

<i>O António Maria</i> — 1.ª Série —	1879-1884
<i>Os Pontos nos ii</i>	1884-1890
<i>O António Maria</i> — 2.ª Série —	1890-1897
<i>A Paródia</i>	1900-1905

Extraí deste conjunto tudo o que se refere a questões coloniais ou ao relacionamento internacional, no total de cerca de 500 *cartoons* e alguns textos humorísticos.

Análise Diacrónica da Obra

Nesse período que se estende por 25 anos, de 1879 a 1905, há três fases em que se verifica uma maior incidência de *cartoons* relacionados com o tema em questão e que traduz bastante bem a maior incidência a nível nacional e internacional nestas questões.

— Uma primeira fase vai do início do jornal em 1879 até à Conferência de Berlim em 1885.

— A segunda entre 1888 e 1892 é a que se centra na crise do Ultimatum, traduzindo bem o paroxismo que atingiu o litígio luso-britânico.

— A terceira, na viragem do século — 1895 a 1905 — é nitidamente dominada por questões de relacionamento internacional.

O período coberto por estes trabalhos é um turbilhão de mudanças a nível mundial.

O que de novo aparece neste fim de século não é o domínio dos mais

fortes sobre os mais fracos mas sim a transformação das formas do domínio, dos seus instrumentos e da distribuição da hierarquia de poderes.

As novas condições tecnológicas e do financiamento da produção e o consequente aumento de desigualdade nos níveis de industrialização dos diversos países introduzem grandes alterações nas correntes seculares de negócios e estabelecem uma complexa rede de domínios e submissões a nível mundial. A forma extrema de domínio então conseguida é o colonialismo formal que, no decurso deste período, se estabelece sobre a quase totalidade do continente africano e parte do asiático; mas, entre as duas formas extremas de posicionamento político — a das potências dominantes e a dos países colonizados — existe uma infinidade de formas de relacionamento resultantes da relação de forças estabelecida, em cada caso particular, entre a potência dominante e a capacidade de resistência à penetração do país visado.

A instauração da nova ordem político-económica a nível mundial processa-se segundo formas e ritmos diferentes nos diversos países e regiões do globo e introduz alterações nos comportamentos políticos e nos valores que os determinam. Uma novidade evidente é a íntima fusão entre os meios da finança e dos altos negócios de alcance internacional com o mundo da política e a criação de uma nova classe política formada por elementos da aristocracia e da alta burguesia e, principalmente, a devoção desta nova classe a novos valores políticos, nos quais têm um peso determinante a eficiência e os interesses económicos, em detrimento das anteriores considerações político-culturais. Os meios de pressão para alcançar os objectivos políticos vão desde a acção psicológica de vários tipos — em que desempenha importante papel a grande imprensa — até aos variados modos de uso da força.

A legitimação do novo estado de coisas faz-se por meio da instauração de uma nova ordem jurídica internacional — conseguida por vários processos, de que a Conferência de Berlim, de 1885, é um exemplo privilegiado.

Como instância última de legitimação, e agindo ao mesmo tempo como motor da acção, constrói-se uma exuberante e optimista ideologia do progresso e do expansionismo europeu que assume em cada país alguns traços específicos.

Como resposta ao fenómeno expansionista desenvolve-se — principalmente nos países do estrato médio — o nacionalismo, movimento global de resistência pelo qual as burguesias nacionais dos diversos países assumem a defesa dos seus interesses, sentimentos e valores — económicos, culturais e morais — procurando também, para si, a apropriação e controlo de uma parte do crescimento mundial e repudiando a subalternização que lhes vai sendo imposta.

Transformações de uma tal envergadura não se poderiam processar sem desencadear graves crises de relacionamento entre Estados, povos, classes, indivíduos e mesmo crises de identidade colectivas e individuais, num clima emocional de grande intensidade.

Neste fim de século XIX, Portugal, profundamente dependente da Inglaterra e, em parte, também da França, encontra-se numa situação de permanente endividamento externo e interno, possui uma indústria rudimentar — se comparada à dos países da vanguarda industrial — e uma agricultura de baixa produtividade baseada numa estrutura fundiária arcaica e socialmente injusta: uma imensa população rural carenciada e candidata à emigração, um proletariado urbano nascente, não estruturado e disperso. Sobre esta massa urbana estabelece-se, desde meados do século, uma rede burocrática que vai viabilizando o seu controlo em termos de Estado moderno, ao mesmo tempo que vai dando origem à constituição de uma classe média vasta, estável e conservadora.

A monarquia constitucional moribunda, cujos rituais políticos são desempenhados por dois partidos rotativos submissos e corruptos, apoia-se numa camada dominante constituída por uma amálgama de aristocratas, financeiros, negociantes e agrários, cujos interesses se situam à volta dos serviços públicos, comércio colonial e de *import/export* e dos negócios especulativos do Estado, e que formam um conjunto solidário e umbilicalmente ligado aos meios financeiros internacionais.

Nos meus anteriores trabalhos defendi que, no meio da complexa rede de interesses hostis, a burguesia nacional portuguesa elabora um plano de acção pelo qual tenta libertar-se da dominação estrangeira, utilizando para tal a exploração colonial; assim, deita mão de todos os trunfos de que pode dispor — as posições e influências de vários tipos de que dispõe nos territórios africanos, bem como da sua posição de país tradicionalmente expansionista — e, por outro lado, faz apelo a todas as forças nacionais, que procura aliciar pela difusão de uma ideologia nacionalista, profundamente eivada de colonialismo. Sendo uma força moderna, positivista, liberal e maçónica, é-lhe por vezes difícil conciliar os ideais da liberdade com a dominação colonial... No decurso deste processo, a força dos poderes dominantes impõe-lhe derrotas e, por vezes, modificações de atitude.

Ao analisar estas caricaturas pretendi captar as suas reacções imediatas nesses momentos de maior tensão, e avaliar da correcção da minha interpretação.

1879-1885

Num primeiro momento, assiste-se ao intensificar do ritmo das explorações científicas no interior africano, realizadas por diversos exploradores ao serviço dos diferentes países interessados na partilha; segue-se depois uma fase em que as diferentes potências vão tomando posições no terreno e, por fim, o processo culmina com a Conferência de Berlim que se realiza entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, sob a égide do chanceler Bismarck, recém-chegado ao mundo das rivalidades africanas.

A problemática em discussão nesta conferência é vastíssima mas, para



«A Questão do Congo»,
«O António Maria»,
1.ª Série 21-12-1882



«A Questão de Loango»,
«O António Maria»,
1.ª Série 20-9-1883

o presente estudo, bastará salientar que, partindo do pretexto da necessidade da definição da soberania sobre as margens do rio Congo ou Zaire, consistiu, essencialmente, no estabelecimento de novas regras internacionais para regular a ocupação e exploração de territórios africanos. O anterior direito internacional, que privilegiava a prioridade histórica do estabelecimento nas regiões africanas e no relacionamento com as autoridades locais, foi substituído por novas regras em que predomina a «ocupação efectiva» no interior do continente e o estabelecimento de «autoridade suficiente». Para os africanos essa mudança representou mais um passo no caminho da exploração e da sujeição e para Portugal consistiu principalmente na perda das suas vantagens de prioridade histórica no domínio dos territórios africanos, para passar a ter de entrar em competição com as potências, algumas recém-chegadas à competição, mas todas, económica e militarmente muito mais poderosas.

Pode constatar-se que o essencial da problemática transparece claramente da análise destes *cartoons*.

Inicialmente, alguns textos, *croquis* e *cartoons* fazem a crónica mundana dos acontecimentos sociais que se desenvolvem à volta das viagens de exploração — conferências, banquetes, sessões solenes e até o espanto e o pitoresco que envolve a presença em Lisboa dos «pretos de Bié» Trazidos pelos exploradores e a sua participação nas cerimónias oficiais. Algumas críticas à administração colonial como um pequeno desenho sobre o discurso da Coroa de 1-1-1880 em que, sob um preto acorrentado a uma palmeira a ser chicoteado pelo agente colonial se lê que «os governadores das possessões ultramarinas continuam por todas as formas ao seu alcance a fazer que os selvagens compreendam as imunidades da carta»⁴. Atitude humanitária que bem se conjuga com o *croquis* de homenagem ao abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco (inserida no mesmo número).

Mas espera-se que o reacender das glórias e virtudes pátrias, amplamente enaltecidas nas festas do centenário do épico Camões, venha trazer solução a estas questões que aparecem como puramente conjunturais e resultantes de culpas pessoais dos governadores. Numa posição de recuo face à exaltação patriótica e reduzindo ao absurdo a conjuntura na sua globalidade, a resposta a esse mesmo discurso da Coroa mostra-nos o Ministro de Marinha e Ultramar tocando piano enquanto se vê por trás de uma janela um preto comendo um branco, com a legenda «Enquanto à administração das colónias a câmara tratará com a maior solicitude de tal assunto — ao piano, certa de que as tradições gloriosas da pátria, evocadas de forma tão aprazível, hão-de estimular os selvagens a comer o resto dos governadores»⁵.

No entanto o ambiente geral que transparece é de bonomia embora, no meio de todo este mundanismo o interesse diletante, apareça um primeiro vislumbre do que virá a ser a magna questão central que tudo envolve — o difícil relacionamento luso-britânico. E é na exuberante descrição gráfica que Rafael Bordallo Pinheiro faz de um banquete de homenagem aos três

-se respeitosa e amavelmente a Camões pedindo-lhe que não tome em tamentos, apresenta o ministro britânico em Lisboa discursando, com o comentário «Dos três heróis fez Mr. Morier três meninos com o seu papá, a sua mamã e a sua ama»⁶.

Porém não ia este ambiente de mundanismo e amena despreocupação durar muito tempo pois já um litígio grave começara a exaltar a opinião pública — a questão do Tratado de Lourenço Marques⁷. E na apresentação desta questão inicia Rafael Bordallo Pinheiro uma linha de tratamento que, posteriormente, com maior ou menor ênfase, seguirá. A Grã-Bretanha é sempre apresentada como a potência espoliadora e de comportamento traiçoeiro e brutal, apoiada na sua força e na convivência dos estadistas portugueses.

Por este tratado, que passou por numerosos trâmites e nunca chegou a ser ratificado, o Governo português concedia à Inglaterra amplos poderes na utilização do porto de Lourenço Marques, posição de alto valor estratégico no Sudeste de África o que não só esmagava o domínio colonial português na região mas também interferia nas relações anglo-boers de maneira negativa e prejudicial para estes últimos. Os diversos sectores da oposição portuguesa, principalmente o de cariz republicano, contestavam o tratado não só por lesivo dos interesses nacionais directos mas também por preterirem uma linha política solidária com os boers do Transvaal com quem se esboçara uma fértil aliança regional. A oposição republicana opõe-se violentamente ao tratado e lança as primeiras manifestações de rua, logo reprimidas pela força, claro está.

Uma série de *cartoons* que vão comentando, no imediato, o desenrolar dos acontecimentos, dá-nos uma animada visão de conjunto do processo.

Lourenço Marques é representado por um jovem negro em diversas situações mas sempre de comportamento passivo. Ora é simbolizado por um preto pequenino numa travessa que um ministro português obsequiosamente apresenta a John Bull⁸, ou de qualquer outra forma mas sempre como um simpático e inofensivo jovem negro que, passivamente, é disputado pelas forças em litígio.

Os ministros portugueses, subservientes, como na representação dos assuntos coloniais no cortejo do Centenário de Camões, em que o ministro Andrade Corvo é um corvo que puxa um carro sobre o qual John Bull, refastelado sobre uma pipa, já leva a Índia no papo e se prepara para engolir Lourenço Marques⁹.

Também as divergências entre partidos monárquicos rotativos são reduzidas à sua mais ínfima dimensão. Num delicioso *comic's* de duas páginas, vemos Miss Britânia no mercado onde, ao ver o jovem Lourenço Marques e o encanto que de si desprende — o seu *gagé* — resolve tomá-lo ao seu serviço e, para tal conseguir, contrata uma alcoviteira — com rosto do chefe do partido no governo. As coisas complicam-se quando uma alcoviteira rival (chefe de outro partido rotativo) se apercebe do negócio. E entre as alcoviteiras/chefes de partido — a «Sr.^a Andrade» e a «Sr.^a Mariana

Albardeira» — e os seus faias/sequazes desenrola-se uma série de cenas de lançamento de cartas e zaragatas no mais puro estilo Bairro Alto¹⁰.

Mas Zé Povinho reclama e, para lhe fazer face, os ministros encontram estratégias como esse boneco de feira — John Bull de grande barriga e boca escancarada — na qual os políticos portugueses, por um sistema de manivela, vão fazendo entrar as colónias portuguesas — a Índia já lá está, segue-se Lourenço Marques e por aí adiante. Zé Povinho, acorrentado às leis da Monarquia, nada pode fazer de eficaz¹¹.

Zé Povinho é reprimido na rua pela guarda nacional, cujo comandante procura num enorme globo terrestre a casa do chefe do Partido Republicano¹².

E, tal é a repressão e a convivência dos partidos políticos, que ao Zé Povinho só resta uma solução — ser enforcado por todos os políticos que puxam a corda enquanto no Tejo os barcos de guerra britânicos flamejam e John Bull, de bandeira inglesa levantada e empoleirado na trave da forca, espera, glorioso que o sacrifício se consuma¹³.

E num registo mais trágico, é o próprio Portugal que é representado como Prometeu, agrilhado, às mãos dos próprios ministros, ao qual a águia britânica vai arrancando as entranhas que são as colónias¹⁴.

Mas, finalmente, solucionada a questão *boer* e deixando-se o tratado no esquecimento, a visão é mais optimista. John Bull em forma de um enorme cão vai mordendo Lourenço Marques que sucessivos ministros tentam arrancar-lhe da boca; mas não só não conseguem como até se estatelam no chão com o esforço. E o cão/John Bull só larga a presa quando Zé Povinho, também feito cão, vem por trás e lhe morde a cauda¹⁵.

A Conferência de Berlim

A questão do tratado de Lourenço Marques parece ter agudizado a consciência da importância das questões coloniais em Rafael Bordallo Pinho e, certamente, nos seus contemporâneos pois, a partir de então, embora a questão aflore com o mesmo imediatismo e, por vezes, em breves apontamentos, passa a revelar uma muito maior sensibilidade para a questão e, o que é muito interessante e sobretudo surpreendente, uma visão muito clara da problemática com uma rápida identificação dos elementos em jogo.

A 2 de Novembro de 1882, o «António Maria» apresenta um *croquis* de Savorgnan de Brazza referindo-se ao grande entusiasmo da França pelo seu explorador «sem se importar se as suas famosas 'descobertas' são originárias ou plagiárias» e dizendo que Portugal também se deve interessar pelo caso pois nada obsta a que ele venha, um destes dias, a descobrir o Terreiro do Paço «com o que a geografia não perderia muito e nós talvez lucrássemos alguma coisa». E logo a seguir, a propósito dos festejos da Restauração no 1.º de Dezembro do mesmo ano, faz lembrar que, enquanto

na metrópole se passeiam os hinos na rua, no Ultramar, Portugal, velho decrépito, nem sequer pode apitar contra as intromissões do «esperto senhor De Brazza».

E pouco depois, num magnífico *cartoon* sobre «A questão do Congo»¹⁶, mostra um matreiro John Bull, refastelado num assento de madeira, cuja base é a Índia e o encosto o Egipto, bebendo porto, champanhe e cerveja, todos da marca Congo. Ao alto da página, Stanley, Brazza e Diogo Cão/Zé Povinho — este em versão dupla; passado glorioso e presente decadente — brandem as suas garrafas/descobertas dizendo «Fui eu!». Legenda sob John Bull — «Vocês é que o descobrem, mas quem o bebe sou eu ...»

Esta percepção da presença e da hegemonia dos interesses britânicos em toda a questão é-nos transmitida por várias outras figurações, nomeadamente pela representação do Zé Povinho enleado nos braços de um polvo gigante que é a «voraz Albion»¹⁷ ou na ilustração da fábula de Esopo, «o rústico e a cobra» em que a cobra britânica pintada por disfarce, aparece com cabeça de Stanley¹⁸.

Este caso traz também um tema interessante — o do relacionamento ambíguo dos portugueses com os seus colonizados. A resistência que os africanos opõem à ocupação de Ponta Negra e Loango por outras potências grangeia-lhes a simpatia e admiração a ponto de serem apresentados como modelos de patriotismo aos subservientes governantes portugueses. Num dos *cartoons*, o «António Maria» propõe que se mande pintar o rei e os ministros com graxa preta a ver se, assim transfigurados, adquirem as virtudes dos africanos¹⁹. Noutro, um enorme africano, em frente à sua aldeia, onde se encontra hasteada e altiva a bandeira portuguesa, dá palmatoadas ao primeiro-ministro português que, todo encolhido, chora amedrontado. A legenda comenta: «O preto sertanejo ensina ao branco civilizado como se sustenta o brio de uma bandeira»²⁰...

A inconsequência e irresponsabilidade dos governantes portugueses são frequentemente fustigadas. Um dos *cartoons*, aludindo à boa vida que entretanto os diplomatas vão levando nos vaivéns das conferências, mostram-nos um dos negociadores no estrangeiro como *canotier de la Seine*, mas «a quinze libras por dia ...» de pé numa canoa levando o Congo num saco a tiracolo e acompanhado por um balde com três garrafas de champanhe e que, airoso, vai cantando:

*«J'avais mon ponpon
En revenant de Suresne
Tout le long de la Seine
Sentaís que j'étais rond»²¹*

Por fim, a Conferência de Berlim, já no seu desenlace, dá lugar a um «enterro do Congo», cujo caixão e borlas são levados pelos governantes portugueses e os ofícios sacros celebrados pelas potências²².

Também «O Roubo»²³ mostra Portugal, velhinho entrevado, sentado numa cadeira tendo ao lado uma arca — o Zaire — quando entra pelo quarto dentro a quadrilha internacional armada de grandes facas. Zé Povinho grita mas não consegue acordar as individualidades públicas que ali sentadas «ressonam a bom ressonar», enquanto a quadrilha, abrindo com a gazua da diplomacia e da intriga a porta da casa onde mora o pobre velho paralítico, lhe leva o seu último tesouro ...»

E já no fim, perdidas as esperanças, uma cena africana de danças e feitiçarias em que os responsáveis portugueses aparecem pintados de preto e «vestidos à selvagem» com os dizeres «Não somos mais que isto — os zulus da Europa»²⁴.

2.ª fase — 1888-1892 — A Crise do Ultimatum

À Conferência de Berlim segue-se uma acalmia que se traduz pela quasi ausência total de referências coloniais no período que vai de 1885 a 1888. A partir de então, a tensão começa a crescer à volta da rivalidade luso-britânica na África Austral, atingindo o seu paroxismo nos anos de 1890 e 1891. Esta fase ficou conhecida em Portugal por «a crise do Ultimatum», nome que deriva da nota diplomática que, a 11 de Janeiro de 1890, a Grã-Bretanha apresentou a Portugal, impondo-lhe que se retirasse de territórios que tradicionalmente ocupava em Moçambique, sob ameaça de intervenção da esquadra britânica a várias latitudes, isto é, em Portugal e algumas das suas possessões.

Esta questão, que está intimamente ligada à expansão britânica na África Austral e aos planos de Cecil Rhodes consiste fundamentalmente no processo de afastamento de Portugal da posse e controlo das regiões auríferas da África Austral e da sua subalternização no conjunto das hierarquias mundiais. A crise passa por várias fases, desde o 11 de Janeiro de 1890, que desencadeia uma imparável vaga de emoção nacional, passando pelo tratado de 20 de Agosto do mesmo ano que, não ratificado, leva à necessidade de estabelecimento de um *modus vivendi*, logo violado no terreno pelas forças de Cecil Rhodes que prossegue, impetuosamente, o seu caminho no qual arrasta o governo britânico, o qual acaba por conseguir a submissão formal de Portugal às suas imposições na África Austral bem como a uma nova posição na divisão internacional do trabalho pelo tratado de 11 de Junho de 1891.

Uma crise desta envergadura provoca, como é natural, violentas reacções de carácter emocional, que ficaram registadas em inúmeras obras de poesia, música, escultura, etc. e Rafael Bordallo Pinheiro participa intensamente na expressão da emoção nacional bem como na interpretação, imediata mas perspicaz, de diversos aspectos do problema.

A questão emerge, na obra de Rafael Bordallo Pinheiro, alguns meses antes do Ultimatum num *cartoon* de 18 de Julho de 1889 num registo bastante sintomático da interpretação que lhe é própria — Shakespeare dirige-

-se respeitosa e amavelmente a Camões pedindo-lhe que não tome em consideração os maus procedimentos de John Bull que, embriagado, deitado no chão e vomitando injúrias, o envergonha. Ao que Camões responde «Obrigado pelas tuas satisfações, meu William; mas não era preciso. Eu bem sei que esse John Bull não é senão o teu John Falstaff»²⁵.

Estas injúrias são as que proliferam na imprensa britânica, interessada nos planos de C. Rhodes e de BSACC e que Rafael Bordalo Pinheiro cauteriza num *cartoon* sobre «A Austera Imprensa Inglesa»²⁶ em que o conde de Fife, ladeado pela rainha e por Lorde Salisbury, vai distribuindo milho/libras esterlinas que tira de um saco das companhias africanas, a um grupo de galináceos — o *Punch*, o *Times* e o *Standard* — que o vão engolindo enquanto vão biqueteando sobre o mapa da África.

Com efeito, os comentários desses jornais — e aqui temos referências particularmente ao *Punch* — são do mais violento possível em relação a Portugal.

Um outro painel sob o título «A partilha de África» sintetiza o paroxismo da questão. Transcreve um *cartoon* de *Punch* que representa Portugal sob a forma de um macaco irrequieto que na ausência do dono se pôs a rabiscar em mapas e que logo é corrigido com umas boas bengaladas quando o seu dono John Bull se apercebe do que ele fez. A legenda diz que «os macacos, mesmo sendo portugueses, não devem brincar com mapas».

Rafael Bordalo Pinheiro responde nesse mesmo painel representando John Bull em gorila/Jack, o *Estripador* que violenta a África e trafica em ópio e promete que o macaco Portugal há-de enfiar pela garganta de John Bull abaixo, a bengala com que este o maltratou²⁷.

São deste nível os comentários que se trocam e Rafael Bordalo Pinheiro transcreve também, por vezes, páginas de outros jornais humorísticos europeus, que neste momento se solidarizam com Portugal, e em sucessivos trabalhos se comenta a diferença de atitude da Inglaterra com as diversas potências — subserviente com os poderosos Estados Unidos, Rússia e Alemanha, e prepotente com o pequeno Portugal — numa série de trabalhos sob os títulos «Valente John Bull», «Nobre John Bull», «Vilíssimo John Bull»²⁸.

O Ultimatum propriamente dito é contado em «Entre a faca e a parede»²⁹ numa página em que ao alto à esquerda o Conde de Fife sugere a Lorde Salisbury a anexação dos terrenos desejados — o Chire — para o compensar do dote que o parlamento inglês recusou à sua noiva, e, em baixo, Lorde Salisbury encosta à parede o ministro português dos negócios estrangeiros com uma grande faca/ultimatum.

Uma cena do exuberante desenho mostra-nos «A nossa fiel aliada»³⁰ figurada pela rainha Vitória vestida de Lucrecia Borgia representando a cena do veneno.

Também a dimensão interna da questão é objecto de duras críticas. Por um lado o sistema social português e o seu imobilismo, representado por duas grandes aspirações — no mundo urbano, o emprego na função

pública; e no mundo rural, a emigração para o Brasil — são considerados como o condicionalismo que permite que, no meio destas duas correntes, John Bull, gordíssimo como sempre, «se alambaze» comendo a África cozinhada num grande caldeirão sob o qual arde Portugal³¹.

Os maiores responsáveis da situação são contudo os governantes, mais uma vez caracterizados na sua subserviência, como, por exemplo, em «Perdidos»³², em que de um lado «a missão inglesa em África» avança vitoriosa por terras e por mares enquanto John Bull faz negaças a Zé Povinho agri-lhoado, algemado e atado à bandeira nacional, do outro lado «a missão portuguesa em Londres», o enviado português, com a legenda «muito correcto!» toca alaúde e ensaia um passo de dança, face a Salisbury sentado, muito senhor de si. É o mesmo espírito que preside a mais uma «Partilha de África»³³ em que os três ministros responsáveis pelas negociações, mantendo *Entre parêntesis* as questões mais graves, com dedo na boca fechada, em uníssono dizem «Shut» e procuram manter «Atitudes muito Correctas». E estas atitudes muito correctas ditarão os «Novos mandamentos do brio nacional»³⁴ que consistem em levar pontapés e lamber agradecido a bota que os deu.

O cúmulo da alienação está expresso em «A nova memória do Terreiro do Paço»³⁵ em que a estátua do rei D. José, símbolo máximo, pela figura e pela localização, do poder político em Portugal, se transfigura passando a representar a rainha Vitória, e os seus enfeites adicionais são substituídos por diversos símbolos da submissão portuguesa.

Mas é Barjohne de Freitas, o plenipotenciário português em Londres, que conduziu as negociações do tratado, que é representado, num genial desenho como a imagem da alienação. Rafael Bordallo Pinheiro desenhá-lhes o busto numa caricatura muito fiel ao original, integrando todos os símbolos da sua submissão: o seu rosto é presidido pela rainha Vitória que surge das rugas da testa, é constituído por John Bull, Salisbury, o tratado, um saco de libras e, por fim, o colarinho é de uma camisa de onze varas, que representa o «livro branco» das negociações³⁶.

O povo português é apresentado na ambiguidade das suas atitudes.

Em «três atitudes diferentes»³⁷ vemos à esquerda o povo, nas suas numerosas componentes, manifestando-se contra o insulto à Pátria enquanto é reprimido pelo governo numa «atitude despótica» enquanto à direita os governantes, de joelhos, incensam a rainha Vitória e o seu Governo, numa «atitude servilíssima». Ao meio, altivo, erguendo a bandeira nacional, Zé Povinho com a legenda — «A atitude do povo é tranquila, digna e entresonhando o dia em que haja de pôr na rua um e tirar desforra do outro».

Alguns *cartoons* comentam o pouco vigor que o povo põe na resistência à repressão governamental e nas consequências a que isso leva. O «trípico do Zé Povinho», que mostra num grande painel como este deixa esfriar a sua cólera e se deixa facilmente submeter, tem esta frase em exergo: «Contempla esta miséria, povo, e arrepende-te se podes, da versatilidade, da subserviência e do envilecimento em que caíste»³⁸.

Comentando «o que é o tratado» de 20 de Agosto³⁹, uma fieira de Zé Povinhos agrilhoados trabalham, numa paisagem tropical, vigiados pelo capataz John Bull de chicote em punho, com a legenda.

*Trabalhai meus irmãos que o trabalho
É fortuna, é riqueza, é vigor.*

.....
Para eles.....

A relação dos problemas que afligem Portugal com toda a conjuntura internacional não escapa a Bordallo Pinheiro que a aborda inúmeras vezes ao longo da sua obra. Para concluir esta rápida análise da crise do Ultimatum, um *cartoon* aparece-me como particularmente interessante — «O novo Egipto ou o nosso futuro»⁴⁰. Num desenho todo em estilo egípcio, à esquerda a paisagem das pirâmides em que a esfinge é Castela, à direita grandes colunas em que alguns ministros portugueses são figurados em egípcios faraónicos. Numa das colunas, a Companhia da África do Sul em ave de rapina tem a África nas garras e, ao centro, todo-poderoso e dominando o espaço, John Bull em forma de monstro/deus com enormes garras. A seus pés, de mãos dadas, o Egipto e Portugal, em forma de homens mediterrânicos, quase iguais. O Egipto vai apontando Portugal. Comentário — «Em seguida à preciosa operação dos tabacos, Zé Povinho dá a mão ao Egipto... E estes dois pródigos, cujos desperdícios se perdem pela noite dos tempos passam a ser os manos siameses da bambochata financeira, vivendo sob a garra tutelar de John Bull».

Da imagem do velho senhor cheio de dignidade, ainda expressa no diálogo entre Camões e Shakespeare, passa-se, através dos insultos, violência e da alienação, à imagem de um Portugal submisso, reduzido a uma situação de quase sujeição colonial.

1895-1905

É este tipo de abordagem que vai predominar na terceira fase que apresenta também as suas características próprias resultantes umas da evolução histórica nacional e internacional e outras da própria vida do artista. Assim, enquanto depois dos tratados de 1891, Portugal entra numa fase caracterizada num primeiro tempo pelas campanhas militares de ocupação nas colónias da África Austral e pelos movimentos de resistência dos povos africanos que aquelas desencadeiam, e, seguidamente, pelos problemas económicos e financeiros relacionados com a sua exploração, vai-se também tornando mais claro, a nível internacional, o novo posicionamento da teia de poderes que aparece com toda a nitidez nesta fase da obra dos autores; e digo autores porque agora Rafael Bordallo Pinheiro já idoso — morrerá a 23-1-1905 — vai progressivamente cedendo o lugar a seu filho Manuel Gustavo; este revela, desde o início da sua intervenção, uma ten-



«O Português perante o estrangeiro»
«Os pontos nos ii», 6-2-1896



«Portugal e as colónias», «A Paródia», 30-7-1902

dência muito marcada para tratar as questões internacionais que predominam, nitidamente, nos últimos anos aqui estudados.

Assim, para análise, numa sequência cronológica e temática, dividirei este conjunto de trabalhos em três blocos:

- a questão colonial
- Portugal e as suas relações internacionais
- as relações internacionais

Na questão colonial a nível interno predomina num primeiro tempo — 1895/1896, fase das grandes campanhas de África — a exaltação patriótica e a agressividade contra os africanos resistentes e particularmente contra o rei de Gaza, Gungunhana, que, capturado, é trazido para Lisboa onde será alvo de atitudes fortemente racistas, às quais não falta a clássica componente de competição sexual. São numerosas as caricaturas de Gungunhana que não suscitam o paternalismo típico de períodos anteriores mas sim desprezo e ódio. Rafael Bordallo Pinheiro, que então se consagra assiduamente à cerâmica, modela dois Gungunhanas um ANTES e um DEPOIS, para salientar como a vitória das armas portuguesas transformou um arrogante num vencido⁴¹. A exaltação patriótica e o racismo são muito nítidos em «Portugal perante o estrangeiro», em que um militar português, do lado esquerdo da página, minúsculo entre os seus congêneres es-



«Pater Familias», «A Paródia», 23-4-1904

trangeiros, se transforma no lado direito, num gigante que usa o Gungunhana pendurado como um berloque na ponta do cano da espingarda, perante a admiração entusiasta dos seus precedentes companheiros que agora mal lhe chegam aos joelhos.

O patriotismo exacerbado que se desenvolve à volta dos heróis das campanhas de África aflora frequentemente, chegando mesmo a criticar a ingratidão popular que rapidamente os deixa cair no esquecimento.

Entra-se, de seguida, numa fase de estabilização de colónias demarcadas e em parte «pacificadas» e levantam-se problemas de ordem económica que assumem aspectos vários onde ressalta a impotência da administração portuguesa, revelada muito claramente em dois *cartoons* sugeridos pela crise de fome no arquipélago de Cabo Verde. No primeiro⁴³, com o título «Dar de vestir a quem tem fome», a Associação Comercial de Lisboa, face a um bando de pretinhos esfomeados veste-os com as suas próprias roupas e fica nua, e no seguinte⁴⁴ um cabo-verdeano sugere à sua mulher, que se queixa da fome, que coma a camisa que tem vestida, ao que ela responde «Nunca... e a decência?» em alusão, certamente, às regras morais impostas pela ordem colonial. Regressa-se assim ao paternalismo, após uma breve fase de agressividade racista.

A ligação que existe entre a exploração colonial e as altas instâncias financeiras é também frequentemente salientada, nomeadamente num «Novo Mapa de África para uso das escolas e instrução do povo»⁴⁵ que é, nem mais nem menos que um astucioso desenho que adapta brilhantemente à forma do continente a caricatura do Conde de Burnay — o grande financeiro que em Lisboa está em tudo o que é negócio de finanças com o Estado português e representa os interesses da Société Générale — com um saco de libras na mão.

Esta ligação financeira é o tema fulcral de todo o conjunto que se segue e onde, mais uma vez, no campo das relações de Portugal com as potências, prevalecem os três elementos: dependência, espoliação e submissão.

O Burnay é figurado em idas e vindas ao estrangeiro, definido pelos seus diversos negócios e o cinto e os suspensórios são feitos de caminhos-de-ferro, por exemplo — ou como «manipanso nacional» que os políticos/selvagens em rituais primitivos utilizam como mediador para alcançar dos «brancos europeus» a graça de lhes mandarem dinheiro⁴⁶.

E a essência da dependência financeira é traduzida por uma «imitação» de um tríptico que representa a Bélgica, a Alemanha e a França como «As Três Parcas»⁴⁷ que têm suspensa a ameaça de cortar o fio do empréstimo.

Esta situação explica os compromissos como o que leva o governo português a violar a neutralidade na guerra anglo-boer concedendo autorização de passagem por Moçambique às tropas britânicas. Esta atitude é violentamente criticada num *cartoon* do *Lustige Blaetter* de Berlim sob o título «Vergonha dos Macacos»⁴⁸ que representa os portugueses como macacos assustados nas árvores, enquanto o leão britânico passeia majestoso



«Futuro das relações
anglo-portuguesas»,
«A Paródia», 3-12-1902



«O Dilema da Civilização»,
«A Paródia», 3-3-1904

na floresta. A *Paródia* reproduz o *cartoon* e responde com outro⁴⁹ em que imita o anterior mas sendo agora as potências macacos empoleirados enquanto o leão britânico esmaga o decrépito leão Portugal, e pergunta «Por que não descem vocês?»

O espectro da perda das colónias e o seu profundo envolvimento no inconsciente colectivo nacional aflora por vezes em quadros de uma intensa componente afectiva ou mesmo sexual. As colónias, meninas «galantes», enquanto passeiam pelo braço do velho Portugal vão lançando olhares a dois janotas — Inglaterra e Alemanha — que, garbosos, as tentam conquistar⁵⁰, ou então, são adoráveis bebês rechonchudos que brincam ao colo de John Bull/Pater Familiae⁵¹. Em «O Futuro das relações anglo-portuguesas»⁵², uma inglesa austera passeia com os próprios filhos e os que adquiriu do casamento, aparentemente já desfeito, com Portugal, vestidinhos à marujo, em bando fraternal — Austrália, Canadá, Natal, Transvaal, Moçambique, Cabo e Angola.



«Ir buscar lã», «A Paródia», 30-7-1903

As relações internacionais imperialistas, dominadas pela força e pelos interesses económicos, atraem frequentemente a atenção de Bordallo.

A essência do domínio imperialista está bem expressa em «O Dilema da Civilização»: à esquerda um chinês enforcado «por ainda não se ter civilizado» e à direita um japonês enforcado «por já se ter civilizado». Ao fundo, a legenda — «O Dilema dos povos exóticos é este: combatidos pela Europa para aceitarem os benefícios da civilização; combatidos pela Europa por os terem aceiteados»⁵³.

Os últimos trabalhos também patenteiam já a plena consciência da emergência das duas potências não europeias. Em «A Nova Potência»⁵⁴, Madame Chrysanthème, uma graciosa japonesa em quimono, vai, sorridente, afundando barcos russos num aquário, enquanto o seu vizinho chinês ri a bandeiras despregadas.

Entre outros, dois *cartoons* com a legenda «A lei de Monroe — A América aos americanos e... o Estoril também» e «A Lei de Monroe — A América aos americanos e... a polícia também», referem-se aos desmandos e abusos dos marujos americanos de visita e Lisboa em 1905.

A primeira conclusão a tirar de uma visão geral destes *cartoons* é que é perfeitamente relevante a sua utilização como documentos históricos, pois não só fornecem uma copiosa informação, mas também trazem à luz muitos aspectos do processo histórico português, parcialmente apagados ou recalçados pela consciência nacional.

A um primeiro nível de análise, confirmam amplamente a especificidade do processo colonial português, feito de fios cruzados, cambiantes e ambiguidades e fortalecem a base de contestação das interpretações simplistas que dele têm sido feitas na generalidade da historiografia estrangeira e largos sectores da nacional. Estas explicações baseiam-se no pressuposto da indolência, incompetência e atraso dos agentes coloniais portugueses ou da sua devoção a um ideal patriótico mítico e arcaico, ocultando totalmente a existência no Portugal desse tempo, de um vasto sector colonialista empreendedor, actualizado e clarividente e da sua luta inglória contra as potências financeiras internacionais.

Mas o que de mais valioso nos traz este conjunto de documentação é a possibilidade de entrever o caminho para indagar sobre as razões desse erro de interpretação, que se torna então a questão de importância central. Assim, deixando de lado numerosos outros aspectos, apenas procurarei sublinhar os traços gerais do relacionamento entre os povos e sectores de opinião, não esquecendo que a eles está subjacente, por vezes, a diferença racial.

O que domina todo o conjunto é a relação com as colónias que são objecto de um profundo desejo comum a todas as potências. No caso de Portugal, o desejo obsessivo da posse é acompanhado da angústia de perdê-las. Esta posição determina as poucas diferenças patentes na representação que delas se faz. Como atitude dominante, o paternalismo que se manifesta por uma visão dos povos colonizados como seres privados de

opinião e de capacidade de autodeterminação, como bens pertencentes a Portugal, que tem o dever de os proteger e dirigir, e que, em contrapartida, lhe devem ser gratos e orgulhosos por se encontrarem sob a sua tutela. Este paternalismo transforma-se em agressividade quando se verifica a dupla circunstância de Portugal se encontrar diminuído face às potências e rejeitado pelas colónias em atitude de resistência. Mas pode também acontecer que os colonizados sejam apresentados como iguais ou superiores aos portugueses quando, ao resistirem às potências rivais, se transformam em aliadas de um Portugal lisonjeado. Também pode acontecer que a identificação se faça por razões de mera justiça, ou por inversão, ou seja, porque os portugueses se comportem tão mal que se apresentem aos olhos dos outros europeus como os negros da Europa.

No conjunto destas situações ambíguas não há a menor dúvida que aos negros colonizados sempre é atribuído um estatuto de inferioridade. No entanto, importa salientar que a aceitação da identificação do branco colonizador com os negros colonizados não é de modo algum uma atitude corrente. Este aspecto do colonialismo português, que deu origem a várias interpretações erradas, nomeadamente o luso-tropicalismo, deve ser visto em estreita relação com o modo de relacionamento de Portugal com as potências europeias, pois ressalta deste estudo que os portugueses são apresentados na imprensa britânica, e mesmo alemã, de modo muito mais agressivo e desprezível que os negros colonizados na obra de Rafael Bordallo Pinheiro.

A questão torna-se ainda mais clara se prosseguirmos a análise. Bordallo Pinheiro e outros cartoonistas chamam a atenção para o facto de a Inglaterra ser prepotente com os países fracos e submissa com os poderosos. Em Portugal, o Governo e a classe dominante mostram-se submissos e coniventes com o poder britânico e autoritários com as camadas inferiores do povo português. Enfim, a nível internacional, as relações de força determinam os aspectos formais do relacionamento.

Do que fica dito pode concluir-se sem sombra de dúvida que os povos colonizados, principalmente os africanos, são situados no ponto mais baixo da escala e considerados como inferiores e pertença dos europeus. Mas os diversos aspectos, frequentemente contraditórios, do relacionamento internacional de Portugal, país europeu fragilizado, chamam a atenção para o facto de que o racismo não pode ser considerado como resultando estritamente da diferenciação física, mas antes como algo posicionado na esfera do económico e do poder. Aparece com bastante clareza que existe uma hierarquia nos poderes mundiais e que esta tem uma correspondência nas atitudes racistas e discriminatórias.

Neste período relativamente curto mas de intensa mudança a imagem que Portugal apresenta de si próprio altera-se profundamente, passando de uma relativa segurança à consciência da situação de subalternidade, através de um processo de grande tensão e conflituosidade. Este facto e a evolução seguida desde então sugerem que a imagem que os poderes dominan-

tes, em razão dos seus próprios interesses, difundem de um povo, acaba por penetrar na consciência colectiva desse povo e provocar perturbações na sua identidade nacional, com evidentes repercussões no comportamento subsequente.

Este facto é um elemento de primordial importância a ter em conta na elaboração da metodologia de pesquisa sobre a história de qualquer povo vítima de qualquer tipo ou grau de domínio estrangeiro.

NOTAS

¹ Sobre Rafael Bordallo Pinheiro, ver José-Augusto França, «*Raphael Bordallo Pinheiro — O Português tal e qual*», Lisboa, 1981; «*A Arte em Portugal no século XIX*», Lisboa, 1976; «*Zé Povinho, 1875-1975*», Lisboa, 1976, obras que apresentam também uma vasta bibliografia.

² José-Augusto França — «*Raphael...*» p. 63. Toda a informação biográfica contida neste breve estudo é retirada da obra de José-Augusto França.

³ *Ibidem*.

⁴ *O António Maria* — 1.ª Série, 1 de Janeiro de 1880.

⁵ *Ibidem*, 6-1-1881.

⁶ *Ibidem*, 18-3-1881.

⁷ Actual Maputo; anteriormente, os ingleses também lhe deram o nome de Delagoa Bay.

⁸ *O António Maria* 1.ª Série, 6-5-1880.

⁹ *Ibidem*, 10-6-1880.

¹⁰ *Ibidem*, 8-7-1880.

¹¹ *Ibidem*, 10-3-1881.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, 7-3-1881.

¹⁴ *Ibidem*, 24-3-1881.

¹⁵ *Ibidem*, 5-5-1881.

¹⁶ *Ibidem*, 21-12-1882.

¹⁷ *Ibidem*, 10-10-1882.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, 10-5-1883.

²⁰ *Ibidem*, 20-9-1883.

²¹ *Ibidem*, 6-1-1884.

²² *Ibidem*, 20-11-1884.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Os pontos nos ii*, 18-7-1889.

²⁶ *Ibidem*, 9-1-1890.

²⁷ *Ibidem*, 19-12-1889.

²⁸ *Ibidem*, 3-8-1889.

²⁹ *Ibidem*, 1-1-1890.

³⁰ *Ibidem*, 6-2-1890.

³¹ *Ibidem*, 26-12-1889.

³² *Ibidem*, 20-3-1890.

³³ *Ibidem*, 19-6-1890.

³⁴ *Ibidem*, 7-8-1890.

³⁵ *Ibidem*, 11-9-1890.

- 36 *Os pontos nos ii*, 2-10-1890.
- 37 *Ibidem*, 27-2-1890.
- 38 *Ibidem*, 5-2-1891.
- 39 *Ibidem*.
- 40 *O António Maria*, 2.^a Série, 5-3-1891.
- 41 Cerâmica patente ao público no *Museu Raphael Bordallo Pinheiro*, Campo Grande, Lisboa.
- 42 *O António Maria*, 2.^a Série, 25-11-1897.
- 43 *A Paródia*, 6-2-1901.
- 44 *Ibidem*, 27-8-1903.
- 45 *Ibidem*, 30-1-1901.
- 46 *O António Maria*, 2.^a Série, 25-11-1897.
- 47 *A Paródia*, 6-3-1901.
- 48 *Ibidem*, 9-5-1900.
- 49 *Ibidem*, 6-6-1900.
- 50 *Ibidem*, 30-7-1902.
- 51 *Ibidem*, 23-4-1903.
- 52 *Ibidem*, 3-12-1902.
- 53 *Ibidem*, 27-11-1901.
- 54 *Ibidem*, 8-9-1905.
- 55 *Ibidem*, 6-10-1905.